

ELD

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director Interino : António G. Calvino

Composição e impressão :
TIP. ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua Artilharia Um — LISBOA

EDITORIAL

As lutas partidárias e as manobras cupulistas, que neste jornal sempre denunciámos e criticámos, aproximaram-se do seu auge, levando responsáveis, ditos representativos do povo, a, numa tentativa desesperada, lançar trabalhadores contra trabalhadores.

À boa maneira Spínolista, tal como no 11 de Março, ia-se envolvendo o Povo Português numa luta fratricida.

Quem lucraria no 11 de Março? Lucraria Spínola mais os seus amigos monopolistas, mais os seus amigos latifundiários, em suma, lucraria o capital mais a sua nova forma de gestão, o neocapitalismo.

E quem lucraria com esta luta? Os mesmos, precisamente os mesmos neocapitalistas, embora mais disfarçados.

O tiro do 11 de Março saíu pela culatra : os soldados negaram-se a disparar contra os seus camaradas, negando-se a defender interesses opostos aos seus, e os inimigos do povo e da liberdade que se vai conquistando viram avançar um processo que cada vez se escapa mais ao seu controle. Mas não desistiram, organizaram-se e organizar-se-ão até perderem definitivamente o seu poder de domínio e de exploração.

As lutas que se travam, a dos explorados, oprimidos e marginalizados, pela sua libertação e a dos capitalistas pela manutenção dos seus privilégios, são históricas, como histórica é também a posição do MFA.

Os golpes de estado ou são feitos directamente pelas Forças Armadas ou por elas apoiadas. No último caso o poder ficará depositado nas mãos de quem chefiou o golpe ; no primeiro, o poder fica de facto nas mãos das Forças Armadas. Ora, em 25 de Abril de 1974 as Forças Armadas Portuguesas fizeram um golpe de estado, ficando pois na posse do poder. Mas, as Forças Armadas, pela sua própria essência, não existem para governar, são geralmente o braço armado dos governos, e, mais cedo ou mais tarde, terão que entregar a um governo civil o poder que conquistaram. Em Portugal, logo a seguir ao 25 de Abril, os sectores detentores do capital reivindicaram o poder para si e iam-no obtendo das mãos dos generais da junta — a maioria silenciosa tinha já ultimado todos os preparativos para o vir receber a Lisboa. A classe trabalhadora, numa persistente luta de séculos, encontra-se hoje preparada para assumir o poder e traçar os seus próprios destinos, pelo que encarou o 25 de Abril como o início de uma

(Continua na pág. 2)

CRISES E REVOLUÇÃO

Nestes últimos dias assistimos a uma ofensiva generalizada das forças da direita e à tomada sucessiva de posições anti-operárias e anti-populares por parte de alguns elementos do Governo Provi-

doras provocado pelo boicote sistemático dos grandes capitalistas movido contra a débil economia nacional ; eis acções, entre muitas outras, as levadas a cabo pelas classes burguesas e capitalistas

ma, propício à realização do seu tão desejado contra-golpe.

Contudo os trabalhadores souberam responder a esta investida e, apesar dos insultos e das calúnias dos partidos burgueses e da



Mário Soares, Jorge Campinos, Salgado Zenha e Pedro Coelho, respectivamente ministros sem pasta, secretário dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Justiça e secretário da Emigração, saem do Governo, além de Armando Bacelar, Secretário da Justiça.

sório, dos partidos da coligação e doutros partidos burgueses.

A direita, principalmente os fascistas, reforça-se rapidamente. Vários assassinos da PIDE-DGS à solta, com a cumplicidade evidente de responsáveis a todos os níveis, com preponderância para os elementos dos serviços Prisionais, a grande maioria bem conhecidos e comprometidos com esses assassinos, são outros tantos recrutas das organizações fascistas e terroristas, com destaque para o E. L. P. ; uma emissora nas mãos do Patriarcado é uma arma importante ao serviço da divulgação da ideologia fascista ; o agravamento constante das condições e do custo de vida das massas trabalha-

deste país, e não só, para provocação do descontentamento geral com o intuito de ser criado um cli-

coligação, organizaram veementemente o seu protesto e várias têm
(Continua na pág. 2)

TEMPO DE... SOLIDARIEDADE

Nesta rubrica que ora se inicia, pretende hoje levar ao vosso conhecimento uma Associação, mais ou menos congénere da nossa. A A.D.F.M. — Associação dos Deficientes Físicos da Madeira.

Esta associação filantrópica, nasceu no Funchal, a linda capital da não menos linda e atraente Ilha da Madeira, manancial inesgotável de, atractivos turísticos, explorações, injustiças e tudo o mais que é comum a todos os cantos do globo.

A iniciativa partiu de um grupo de pessoas (deficientes e não deficientes) que pensaram seriamente no problema do deficiente na Ilha, com o louvável propósito

que permitisse integração na sociedade. Nessa mesma sociedade que sempre se escusou à resolução dos problemas que atingem os deficientes. Nessa mesma sociedade que sempre (n) os marginalizou.

Esse grupo de pessoas após várias reuniões (iniciadas em Janeiro deste ano) formou uma comissão directiva composta por sete membros, que nesse mesmo dia, deitaram mãos à obra, para em colaboração com todas as pessoas decididas a trabalhar em prol duma causa justíssima, não com atitudes «piedosas», não com rasgos de «caridade», mas sim objectiva-

(Continua na pág. 2)

OIÇA ÀS 4.ªS FEIRAS
ENTRE AS 12,30 e AS 13 H.
O PROGRAMA DE RÁDIO
DA ADFA — NA
EMISSORA NACIONAL
Tempo cedido pela
5.ª DIV. do E.M.G.F.A.

CRISES E REVOLUÇÃO

(Continuação da pág. 1)

sido as suas formas de luta.

A luta por uma informação ao serviço da classe operária e do Povo é de extraordinária importância nos dias que correm. Notícias deturpadas, interpretações reaccionárias, calúnias às lutas operárias, etc., é aquilo que é mais vulgar no campo da imprensa e da rádio.

Os trabalhadores sabem por experiência própria o que significa a máquina informativa nas mãos da burguesia. Sabem que isto implica uma deturpação constante das suas lutas, o divulgar da cultura decadente, o lançar de palavras de ordem anti-operárias, o manipular constante da opinião pública contra os operários.

Neste sentido os trabalhadores da Rádio Renascença decidiram não aceitar a ordem de entrega da R.R. ao Patriarcado mantendo firmemente a ocupação das instalações com o apoio activo de todos os trabalhadores progressistas, afirmando que só a classe operária compete decidir qual deverá ser a sua tomada de posição e que as centenas de moções de apoio à sua luta lhes mostrou que a resposta era de manter a ocupação até ao fim.

Na sequência da luta ávida e ambiciosa, pelo controlo da informação, movida pelos partido socialista e partido comunista, eis que surge o caso da República. Muito se falou e escreveu sobre este caso, mais com o intuito de especulação e de exploração do que com o desejo de uma leal informação e da sua rápida resolução. E tal foi a especulação que a direita aproveitou tão inteligentemente, quer a nível nacional quer a nível internacional fundamentalmente. E as tensões foram subindo externamente e a nível governamental agudizando-se e avolumando-se com o correr dos dias para estalarem

abruptamente com a demissão dos elementos do partido socialista do IV Governo Provisório.

Mais uma grave crise surgiu, talvez a mais grave da revolução que vivemos, porém seja qual for a solução encontrada esta crise foi sem sombra de dúvidas provocada essencialmente pelos elementos das cúpulas dos supracitados partidos que deveriam acima de tudo preocupar-se em conduzir e assegurar o avanço do processo revolucionário em curso obrigando com as suas lutas a que o MFA tenha que efectuar as tarefas que só aos partidos deveria dizer respeito como mandatários legítimos da grande maioria do povo português.

O tempo que atravessamos é de reflexão e por isso fazemos votos para que os partidos assumam a sua responsabilidade e papel nas tarefas que lhe cumprem na revolução, não permitindo com as suas lutas a que forças e partidos da direita se aproveitem como se têm aproveitado das suas querelas partidárias retrocedendo o processo ou impedindo o seu avanço.

Por último apelamos para vós dirigentes, do partido socialista e comunista, para que trabalhem e produzam construtivamente abdicando das vossas querelas porque o povo português está cansado, farto, fartíssimo dessas lutas e birras pelo controlo da informação, por lugares chaves nas organizações e departamentos, de falsos alarmes, de boicotes aos avanços e lutas da classes trabalhadoras e de comícios e manifestações convocados na intenção de mostrarem a vossa força, e espera de vós, porque foi nesse intuito que em vós votou, na melhoria do seu nível de vida e na do seu país. E acreditem que, se quiserem, ainda vão a tempo de realizarem um trabalho honesto porque o povo português é bom e saber-vos-á perdoar todo este tempo que o andaste a enganar.

ENCONTRO...

(Continuação da pág. 5)

de ser fantoches. Teremos que deixar de ser marionetes nas mãos deles.

Por isso o mundo jamais poderá esquecer Bismark, Hitler, Mussolini, Salazar, Pinochet e muitos outros que são sobejadamente conhecidos de todos nós.

Nós, somos a maioria, por isso mesmo, teremos que ter uma consciência efectiva, para tornarmos o mundo melhor. Teremos que despir as vestes animais e usaremos as vestes da igualdade e da fraternidade para tornarmos o mundo «habitável» em que haja respeito pelo ser, em que haja igualdade de deveres e obrigações em que o despotismo seja substituído pela fra-

ternidade.

Basta! Basta já de falinhas mansas. Basta já de promessas que não são cumpridas. Basta já de enganar.

A P E L O

Daqui desta tribuna, unindo a voz à de muitos outros, pedimos a todos os governos, a todas as convenções, a todos os pactos, a todos os tratados enfim, a todos os políticos que nos deixem de mentir.

Não mais cadeias nem imposições.

Igualdade, fraternidade, justiça, paz, amor.

TEMPO DE... SOLIDARIEDADE

(Continuação da pág. 1)

mente para a rápida resolução dos problemas que urgiam (urgem) resolver.

As ambições, eram (são) muitas: — Um centro de Medicina de Reabilitação com todo o pessoal indispensável para a sua manutenção; um centro de trabalho onde os deficientes aprendessem uma profissão; uma sede onde, para além de outros serviços, houvesse uma secção destinada à valorização intelectual dos associados, biblioteca, aulas, etc., enfim todo um conjunto de bens materiais indispensáveis à integração tão útil quanto necessária.

Mas, para se dar início a estas justas e ansiadas pretensões era (é) necessário o «vil metal». Contactaram as autoridades que acarinharam a iniciativa, mas não resolviam o problema monetário. Pensaram, então que não poderiam esperar pelas resoluções governamentais. Partiam com muitos anos de atraso. Era impossível esperar mais e, foi assim, que após contactos com artistas locais, que imediatamente se prontificaram a actuar gratuitamente, que a A. D. F. M. levou, a efeito no Teatro Municipal do Funchal o seu primeiro espectáculo.

A ansiedade de todos os que pensaram no referido espectáculo era enorme. Seria possível que a A. D. F. M. possuísse dinheiro.

Foi possível. E, a alegria foi grande. Contudo havia problemas urgentíssimos a resolver. Os paraplégicos encabeçavam a lista. Era urgente a compra de almofadas anti-escara. Feitas as contas verificou-se que não havia dinheiro para se comprar nem uma única almofada. Novamente o desânimo se apoderou de todos. Mas a hora não era de desânimos — era de luta. O derrotismo não poderia vencer aqueles que de todo o coração se empenharam em tão grandiosa obra. Era preciso continuar, com espectáculos, com tudo que pudesse ser fonte de receita.

Os deficientes começaram a ver na A. D. F. M. uma «tábua de salvação». Até então estavam habituados à «esmola». Não se podia deixá-los «descair». A Associação falava-lhes numa linguagem desconhecida para eles, mas que, desde a primeira hora viam os firmes e honestos propósitos de todos, e eles assimilaram essa nova linguagem, comungando as alegrias e tristezas de toda a nova família. Os problemas continuaram e continuam pendentes. Quem os poderá resolver,

Continuarão à espera que a resolução lhes caia do céu?

Não! Eles empreenderam uma batalha e precisam continuá-la.

Não podem ficar pelo caminho. É necessário que nessa batalha eles saiam vitoriosos.

Poderia ter dito muito mais, pois muito mais há para dizer, mas não era minha intenção iniciar, com estas linhas, a história da vossa Associação.

Se tiver havidos factos importantes que omiti podeis crer que não foi intencionalmente.

É muito provável que ainda vol-

te a falar de vós, nestas colunas.

Antes de finalizar este artigo gostaria de vos lançar uma palavra de encorajamento.

Camaradas da Associação dos Deficientes da Madeira.

A vossa luta é a nossa luta. Vi-vi algum tempo convosco. Participei na vossa batalha. Para todos vós os melhores votos de felicidades. O meu (e de mais alguns camaradas da A. D. F. A.) carinho e simpatia. A luta é árdua. Muitas desilusões se vão deparando no longo e difícil caminho que trilhai. Mas, estou certo da vossa vitória. Estou certo que vencereis todos os obstáculos que surjam.

Estou certo que os vossos esforços serão coroados dos maiores êxitos. Não vos deixeis desanimar com algum contratempo. É necessário força de vontade. Confio que se-reis capazes de transformar o vosso sonho em realidade. De todo o coração assim o espero.

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

revolução, dedicando-se logo, aliada ao M.F.A., a defendê-la e fazê-la avançar. O MFA tem vindo inequivocamente a dar provas de que está decidido a que os trabalhadores assumam de facto o poder, até porque o MFA, constituído por soldados, marinheiros e oficiais progressistas, é parte integrante do próprio povo, formando com as classes exploradas uma frente invencível.

Integrados num governo de coligação, impotente por natureza, as cúpulas de certos partidos sempre desenvolveram todos os esforços para embaralhar as classes exploradas, cheias de determinação revolucionária, mas ainda não devidamente esclarecidas, tentando levá-las a colaborar na perpetuação da sua própria exploração. Desfeita a coligação e preparando-se o MFA para formar um governo patriota e apartidário, a burguesia vê-se arredada do centro do campo da luta e, enfurecida, comete todos os desmandos, indo ao cúmulo de tentar voltar os trabalhadores contra os soldados que, de armas na mão, defendem a liberdade conquistada e o avanço do processo revolucionário.

A revolução, que para ter êxito será forçosamente difícil, vai ganhando com o desespero do inimigo, até porque se vão demarcando posições e se vai conhecendo de que lado estão as pessoas.

ÀS ESPOSAS DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

*Bendita sejas! Valorosa amiga!
Por todo o amor e por toda a ternura,
Com que tornaste a vida menos dura,
Daquele cuja alma nos é querida!*

*Bendita seja sempre a tua vida,
Se a Ele a dedicares tão bela e pura,
Como tão grande foi a desventura
Que seria sem ti, esperança perdida!*

*Bendita seja sempre essa saudade,
Que em horas de tristeza foi o Norte,
Que eternamente uniu a vossa sorte.*

*Bendito seja o amor e a lealdade,
Que tiveres para quem soube de alma forte
Longe da Pátria, enfrentar a morte!*

Maria do Céu

ENSAIO



OS CAMALEÕES

*São bichinhos, são leões,
que têm corações,
mas não boas intenções!*

*Traíçoeiros, espreitam as vítimas
na esquina da calçada,
de noite e na alvorada...*

*Cuidado!
mudam de cor,
com amor,
com traição, sem dor*

*Cuidado!
a sua língua
é grande,
é forte,
é oportuna...*

*Cuidado!
confundem-se na selva,
na relva,
na estrada,
na entrada,
na esplanada,
na madrugada,
na TERRA LIBERTA...
Cuidado!!!*

Octávio Pereira

V I V E R

*Viver é belo, sim, viver é belo.
Que mais belo existe que a vida
Não é vivendo que se sente?
Não é vivendo que se sofre?
Não é sofrendo que se dá valor ao amor,
Não é pelo amor que se unem os homens?
Não é a união dos homens que permite a aproximação dos povos?
Não é pela aproximação dos povos que se conquista a paz?
Não é na paz que se constrói o futuro?
Sim, viver é belo.
Viver não é sorrir, também não é chorar.
Viver é sentir as nossas alegrias
compartilhar o sofrimento do próximo.
O próximo és tu, o próximo, sou eu.
O próximo, somos todos nós.*

José Maria

ARITMOGRAMA

SOLUÇÕES DO N.º 12

Horizontais :

2x8+4=20
8:4+8=10
4+8-7=5

Verticais :

2+8+4=14
8x4+8=40
4+8-7=5

5	x		+		=20
+		x		+	
	:		+		=9
+		+		-	
	+		-		=1
=2		=10		=11	

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTALIS

1 - Interjeição designativa de surpresa; enfardar; arraial. 2 - Cidade Portuguesa; Banheiras. 3 - Porco levantar; lavras; Algum. 4 - Ave Pernalta; Atmo (Abrev.); Campeão; Debaixo de; 5 - Remador principal numa embarcação; plantas aquáticas; habitação. 6 - Aquelas; casamento (fig.); seguiam; alumínio (Abrev.); nesse lugar. 7 - Semblante; Azedume no estômago. 8 - Espiohar; Navios. 9 - Carruagem antiga de duas rodas e assento; fragância. 10 - Espaço aéreo; pedra de Moinho; ponta aguçada; carta de jogar; Extremidade do intestino grosso. 11 - Palmatoada; fateixa; curral de ovelhas. 12 - Vazia; Acusada; papado; Letra Grega. 13 - Incólume; 14 - Empreende; Remar para trás; - Inflamação da membrana íris; inerente. 15 - Nota Musical; Bater com o Marrão em; Igreja episcopal.

VERTICAIS

1 - Rabiça do Arado; (plur.); Grandes Poças de Água; (prov); 2 - Ombros; Brinquedo de Bêbé. 3 - Prata (simb Quim); Cabelos Brancos; de onde vem o vento (naut.). 4 - Nome de Mulher; Pena de Excomunhão; As primeiras de Fragata. 5 - Inteligência (Fig.); Santo que é Dedicado um Templo; Péssimo. 6 - Elemento Químico número 47, que é um Metal Branco, O Melhor Condutor da Corrente Eléctrica; Medida Agrária; Arraial. 7 - Rio da Suíça; Interpretei o que está Escrito; órgão de Locomoção; Palavra Grega que Expressa a Ideia de (corrente) (inv.). 8 - Nome de Letra; Larva que se cria, nas Feridas dos animais. 9 - Terra Portuguesa; Antes do Meio-Dia; Brisa; Voz do Mocho. 10 - Fitas de Pano; Aniversário; Doença com ulceração Nas Fossas Nasais. 11 - Mulheres pequenas; Jeitosa; Agarrar-se com as Gavinhas. 12 - ano de Arras; Escarpado; Letra Grega. 13 - Incólume; Do Ar (pref.); seis (num. rom). 14 - Empreende; Remar para trás; 15 - Zorolho; Inflamação da Vulva.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2							D		F						
3							A			A					
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															

Publicações

RECEBEMOS NA NOSSA REDACÇÃO AS SEGUINTE PUBLICAÇÕES :

- UNIDADE :
Órgão Central do MDP/CDE
- FRONTEIRA :
Órgão da LUAR
- LOTTA CONTINUA :
Órgão da Imprensa Italiana
- JEUNE GARDE :
Órgão do Comité Internacional de Liaison
- EL COMBATENTE :
Órgão do PRT (Argentina)
- LA AMORA :
Órgão do Partido Obreiro Revolucionário Espanhol
- ALAVANCA :
Órgão da INTERSINDICAL
- REVOLUÇÃO :
Órgão do PRP-BR
- BAIRRADA LIVRE :
Órgão informativo de Oliveira do Bairro

Aqui fica o nosso agradecimento e saudações revolucionárias.

SOLUÇÕES DAS PALAVRAS CRUZADAS DO JORNAL N.º 12

HORIZONTALIS

1 - MM; Cambalear; DC. 2 - Sábua; Impôr. 3 - Li; Tatu; Aura; Al. 4 - Aro; Ro; Le; Ari. 5 - Riso; Socio; Cres. 6 - Is; II; Cão; De; Ut. 7 - Ateu; Tola. 8 - Grani; Alote. 9 - Aves; Sama. 10 - Mi; As; Mal; Ra; Pe. 11 - Azar; Harem; Sais. 12 - Sam; Ce; Ab; Coa. 13 - Is; Soro; Olas; RR. 14 - Coroa; Balir. 15 - SS; Coicearas; Es.

VERTICAIS

1 - Malária; Amasias. 2 - Iris; Izas. 3 - Os; Ara; AM. 4 - Cat; Oitavar; Soc. 5 - Abar; Ienes; Coro. 6 - Mitos; Uis; Heróis. 7 - Bau; Oc; Ma; Oac. 8 - Ica; Are. 9 - Lia; Io; Le; Oba. 10 - Emulo; Tas; Malar. 11 - Apre; Dolar; Bala. 12 - Roa; Celomas; Sis. 13 - Ar; Ata; AC. 14 - Areus; Pior. 15 - Calisto; Lésaras.

CHILE

(Continuação do número anterior)

CONDIÇÕES DE PRISÃO E MÉTODOS DE INTERROGATÓRIO.

A opinião internacional teve tendência em focar a atenção nas condições existentes na ilha Dawson, em Pisagua, em Quiriquina e em Chacabuco, referindo-se a esses lugares como campos de concentração. Se esta designação for usada no contexto europeu há uma distorção da realidade, pois as condições têm sido relativamente boas em alguns lugares (apesar do severo clima da ilha de Dawson, no estreito de Magalhães, perto da Antártida). Assim, a Junta tirou vantagens consideráveis de propaganda, ao permitir visitas de delegações e de jornalistas estrangeiros a Dawson e Chacabuco, a quem se assegurou que as condições nestes lugares eram representativas das prisões do resto do país.

A SITUAÇÃO DOS ESTRANGEIROS

Em 27 de Abril de 1974 a Comissão Internacional de Juristas informou sobre a situação dos estrangeiros:

«Consideramos que o Governo cumpriu totalmente as suas obrigações de acordo com as várias convenções pertinentes em que o Chile participa. Quase todos os que desejaram deixar o país foram autorizados a fazê-lo, já procuraram asilo nas embaixadas estrangeiras, solicitaram a assistência do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, ou saíram legalmente pelos seus próprios meios.

Outros, talvez temendo ser presos, deixaram o país clandestinamente. Só se conhecem dois casos de estrangeiros sentenciados por julgamentos militares, e cerca de 20 encontram-se à espera de julgamento, metade dos quais estão livres sob fiança. Ficaram algumas centenas dos 10 000 que se calcula existirem originalmente e muitos poucos (uns 5 ou 6 por semana) continuaram a apresentar-se como refugiados».

A Amnistia Internacional mantém a sua preocupação pelo pequeno número de estrangeiros que ainda se encontram detidos.

Um desses casos é o de Nelsa Gadea Galán, uma cidadã uruguaia de 30 anos de idade, empregada do Ministério de Vivenda, a quem se permitiu permanecer no Chile.

Nelsa Gadea foi presa no seu trabalho em 19 de Dezembro de 1973 e, presume-se, enviada originalmente à Casa Correccional de Mulheres de Santiago. Apesar da ACNUR ter advertido que Nelsa Gadea se encontrava sob o seu mandato, este organismo não pôde obter a sua liberdade. As autoridades militares negaram de início a sua prisão, mas um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros informou em Junho de 1974 a representantes da ACNUR que Nelsa Galán se encontrava numa prisão do Chile e que tratariam de fazer a sua transferência para Santiago. Ainda que os problemas da maioria dos estrangeiros tenham sido resolvidos, este caso é suficiente para provar ainda não existe segurança para os estrangeiros.

ASILO POLÍTICO

Desde as primeiras horas do golpe, um grande número de chilenos e refugiados solicitou asilo político nas embaixadas de Santiago. Vários líderes políticos procuraram asilo ao verem os seus nomes publicados na lista de pessoas procuradas, divulgadas pelos jornais e noticiários de rádio. Muitos prisioneiros políticos solicitaram asilo depois de saírem em liberdade, com o temor justificado de uma nova prisão. Em princípios de Outubro a maioria das embaixadas latino-americanas (entre outras as da Argentina, Venezuela, Panamá, México e Equador) estavam superlotadas.

Impuseram então guarda militar permanente a todas as embaixadas latino-americanas, com ordens de abrir fogo sobre todas as pessoas que tentassem entrar nelas. Vários diplomatas europeus recusaram de início abrir as portas das suas embaixadas aos refugiados políticos, argumentando que os seus governos não eram signatários do Tratado de Caracas, que estabelece os princípios de asilo e a entrega de salvo-conduto a vítimas de conflitos políticos.

Muitos diplomatas europeus e de outros países não latino-americanos decidiram que as exigências do momento primavam sobre uma interpretação liberal do Tratado de Caracas: Salvar vidas humanas era mais importante que o protocolo diplomático. Em particular, a intervenção do embaixador da Suécia, Harald Edelstam, estimulou a outros governos e diplomatas europeus e na opinião de muitos, salvou grande número de vidas. A participação do embaixador sueco a favor dos refugiados ocasionou finalmente que fosse declarada «persona non grata» pela Junta e a sua expulsão do Chile em Dezembro de 1973.

Em meados de Dezembro calculava-se que cerca de 4 000 chilenos estariam asilados nas embaixadas estrangeiras. Embora a maioria tenha recebido salvo-condutos para deixar o país, a Junta negou-se a cerca de 500 políticos importantes e partidários de Allende, com base em acusações de «delitos comuns», pelo que deveriam comparecer em julgamentos. A Junta decidiu além disso atingir o asilo político e em 11 de Dezembro de 1973 o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma carta circular a todas as embaixadas europeias em Santiago informando-as de que não poderiam continuar a solicitar salvo-condutos para quem entrasse nas embaixadas a partir desta data. Simultaneamente, reforçaram-se as medidas de segurança para impedir o acesso de mais pessoas às embaixadas latino-americanas.

Numerosos peritos internacionais puseram em dúvida a legalidade das medidas tomadas pela Junta. O Governo do Chile é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, que no artigo 22.7 estabelece claramente que:

«Toda a pessoa tem o direito de pedir e receber asilo em território estrangeiro no caso de perseguição por delitos políticos ou comuns li-

gados aos políticos e de acordo com a legislação de cada Estado e as convenções internacionais.»

Não há dúvida de que este artigo foi violado pelas autoridades do governo negarem a concessão de salvo-condutos. A intransigência da Junta causou tal exasperação entre diplomatas estrangeiros que um embaixador o da Colômbia — acabou por renunciar ao cargo em sinal de protesto.

Entretanto, em Julho de 1974 quase todos os asilados tinham sido autorizados a sair do país. Em princípios de Junho o ministro dos Negócios Estrangeiros no México, Emílio Rabasa, viajou para Santiago e negociou com êxito salvo-condutos para 72 refugiados que ainda se encontravam na embaixada do seu país. Segundo se informou, o México aceitou plenamente a renovação de relações diplomáticas e comerciais com o Chile em troca desses salvo-condutos. Pouco depois anunciou-se oficialmente a saída de todos os asilados nas embaixadas latino-americanas e o outorgamento de salvo-condutos às poucas pessoas que tinham permanecido nas embaixadas europeias desde o ano anterior. Só se negaram salvo-condutos à Itália por não ter reconhecido a Junta Chilena.

Informações recentes indicam que, apesar dos repetidos anúncios da Junta de que não se outorgariam mais salvo-condutos uma vez despejadas as embaixadas, os chilenos continuam a solicitar asilo político. O jornal britânico «The Guardian» informou em 9 de Agosto que a embaixada Britânica se encontrava sob forte guarda militar, depois que 15 chilenos tinham aparecido a solicitar asilo. Em lugar de negar salvo-condutos e de enfrentar a desaprovação internacional, a Junta recorreu a medidas cada vez mais restritas para cercar as embaixadas.

Mesmo depois de saírem do seu país, os exilados chilenos que tinham tido actuação destacada não se encontram seguros. Enquanto se demorava a entrega de salvo-condutos, a Junta preparava pedidos de extradição de pessoas assinaladas. De acordo com uma informação do jornal espanhol «Vanguardia» de 26 de Junho de 1974, o Supremo Tribunal do Chile tinha solicitado a extradição do ex-governador da província de Colchagua, Juan Codella Diaz, por «prisões arbitrarias e ilegais» durante o governo de Allende. Codella Diaz tinha recebido asilo em Buenos Aires. O Supremo Tribunal também tinha sob consideração um pedido de extradição de Juan Avila Saavedra (então exilado na embaixada de Itália) por participação num ataque a uma estação de polícia no dia do golpe militar. Solicitudes semelhantes foram formuladas para extradição da maioria dos líderes políticos do governo de Allende que tinha recebido asilo no exterior.

Se, por um lado, os obstáculos para a saída do país de refugiados estrangeiros e chilenos asilados foram na sua maior parte superados, os problemas que subsistem no estrangeiro são ainda muito mais graves. Muitos governos e

organizações — particularmente o Comité governamental para a Migração Europeia — realizaram um trabalho esforçado em circunstâncias altamente difíceis para proporcionar oportunidades de repatriação. Sem dúvida, muitos chilenos e refugiados estrangeiros receberam asilo apenas temporariamente no estrangeiro em países como o Peru e a Argentina.

Os salvo-condutos outorgados pelo governo do Chile tinham uma validade de 24 horas para os cidadãos e de 48 horas para os refugiados estrangeiros. Em circunstâncias tão apressadas, muitos tiveram de voar para lugares de trânsito até surgirem possibilidades para a sua fixação permanente. No momento de redigir esta informação, milhares de refugiados do Chile permanecem sem solução definitiva em lugares de trânsito noutros países latino-americanos.

REFUGIADOS

Muitos milhares de refugiados latino-americanos tinham recebido asilo no Chile durante o governo da Unidade Popular. Ainda que se ignore o número exacto — que provavelmente se desconhecia também no governo de Allende calcula-se que fossem entre 13 000 e 15 000. O jornal francês «Le Monde» calculava que em 24 de Setembro de 1973 havia aproximadamente 4 000 habitantes, 3 000 uruguaios, 2 000 argentinos, 1 200 brasileiros e pequenas quantidades provenientes de outros países latino-americanos. Outros jornais apresentavam cifras muito mais elevadas.

Estes refugiados tinham entrado no Chile de maneiras diferentes e por razões diversas. A maioria era perseguida pelos seus próprios governos: muitos corriam riscos de prisão, torturas e inclusivamente de morte, no caso de voltarem aos seus países de origem. Outros, se bem que não fossem directamente perseguidos, tinham decidido emigrar para o Chile em busca da liberdade ideológica oferecida pelo governo de Allende.

O governo não possuía registos completos dos estrangeiros que tinham entrado no Chile a partir de 1970. Alguns refugiados políticos tinham apenas selo autorizando a sua entrada no país. Muitos não tinham solicitado a sua qualificação formal como refugiados, temendo as restrições que isto poderia implicar nas suas actividades. Segundo parece, podia obter-se emprego sem este registo formal.

(Continua no próximo número)

DOCUMENTO - GUIA DA ALIANÇA POVO - MFA

(Continuação da pág. 6)

pular Nacional.

2.1.4 — A participação física do MFA começa nas Assembleias Municipais e Distritais pelas ADU'S, nas Regionais pelas ADR'S e as Nacionais pela AMFA. Entenda-se que as ADU'S são assembleias de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea e Forças de Segurança.

2.1.5 — O Conselho da Revolução é o órgão máximo da soberania nacional.

2.1.6 — As Assembleias Populares são apoiadas pelo MFA e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre estes «contrôle» da gestão pública na qual participam.

2.2. — LANÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

2.2.1 — Numa primeira fase as ADU'S incentivarão, através de sessões de esclarecimento e informação, o lançamento das Comissões de Moradores e Trabalhadores nos locais onde ainda não existem.

Nos locais onde já existem estruturas desta natureza haverá igualmente sessões de esclarecimento e informação sobre os verdadeiros objectivos do MFA.

Posteriormente, em contacto com estas organizações de base, colher-se-á a experiência da sua prática, recolhendo ensinamentos que serão divulgados no sentido de melhorar os procedimentos e alcançar resultados mais correctos.

Após a apreciação pelo MFA proceder-se-á ao reconhecimento das organizações.

2.2.2 — Numa segunda fase, a curto prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Locais e Municipais.

2.2.3 — Numa terceira fase, a médio prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Distritais.

2.2.4 — Numa quarta fase, a longo prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Regionais.

2.2.5 — A Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular, será a última e distante etapa desta estrutura.

3. NORMAS ESTATUARIAS

3.1 — GENERALIDADES

A organização popular proposta assenta fundamentalmente nas Comissões de Trabalhadores e nas Comissões de Moradores. Consideram-se também organismos de base os Conselhos de Aldeia, as Cooperativas, as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, as Colectividades e outras Associações de base popular.

Estruturas em vias de lançamento sob iniciativas várias devem ligar-se aos organismos de base definidos, C.M. e C.T., os quais ampliarão a sua constituição a fim de absorver e disciplinar intenções de consolidação e garante do processo revolucionário, no que se refere às tarefas das organizações de base referidas em 3.2.2.

Em conclusão, as C.M. e C.T. e outras organizações de base, chamarão a si as tarefas de Defesa da Revolução.

As presentes normas estatutárias respeitam as já existentes nas di-

versas organizações, devendo estas ser ampliadas a fim de incluir os objectivos aqui definidos.

3.2. — PRINCIPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

3.2.1. — OBJECTIVO

O objectivo fundamental e último é o da construção da sociedade socialista definida no Plano de Acção Política do Conselho da Revolução.

Como este objectivo só se consegue em unidade, todos os níveis da organização popular devem, pois ser unitários.

Este conceito de Unidade define-se da forma seguinte :
Independência de vinculação partidária.

Representatividade democrática a partir de sectores populacionais ou unidades de produção.

Associação para resolução de problemas concretos.

A melhor garantia para se obter este objectivo é ser o MFA, movimento suprapartidário, a acompanhar e incentivar este processo, apoiando-o integrando-o e reconhecendo as organizações que, pela prática, o justificarem.

3.2.2. — Tarefas das organizações de base ;

As Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, etc. deverão, além das suas funções específicas promover de acordo com as suas características as seguintes actividades :

Trabalho Político através de informação e esclarecimento nos sectores profissionais ou populacionais.

Acção Social, nos campos da saúde e assistência cultural e desportos, alfabetização, habitação e urbanização, transportes, etc.

Acção Económica pela batalha da economia «controle» sobre os meios de produção dos sectores nacionalizados e privados, abastecimento e preços, etc.

Vigilância pela defesa das instalações e zonas urbanas através de permanência física por turnos, «controle» de entradas, canalização de informações para os órgãos oficiais competentes, etc..

Esta actividade em casos especiais (pontos estratégicos da economia por iniciativa do próprio MFA e sob seu «controle» e enquadramento pode traduzir-se em tarefas de autodefesa.

Reforço da Aliança Povo-MFA como actividade sempre presente destas organizações.

3.2.3. — TAREFAS DAS ASSEMBLEIAS POPULARES

As Assembleias Populares terão as seguintes missões fundamentais :

Transmissão até ao nível próprio da decisão das aspirações opiniões e exigências das populações.

Intervenção no planeamento local regional e nacional através dos órgãos competentes, actuando como mandatários das populações.

Fiscalização e «controle» da actividade dos órgãos da administração e da sua capacidade e tempo de resposta às necessidades das populações.

Constituição junto aos órgãos de poder popular local de um tribunal popular para resolução de problemas não criminais.

3.3. — PROCESSO DE FORMAÇÃO

3.3.1. A direcção das organizações populares é eleita em plenário por votação de braço no ar.

3.3.2. — Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo plenário que os elegeu.

3.3.3. — Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias Assembleias.

3.4. CONSTITUIÇÃO

3.4.1. — Das Organizações de Base (C.M., C.T., etc.).

Terão a sua actual constituição ampliada por forma a satisfazer as tarefas definidas.

3.4.2. — Das Assembleias Populares Locais.

Delegados das organizações de base.

Delegados das autarquias locais.

3.4.3. — Das Assembleias Populares Municipais.

Delegados das ADU'S

Delegados das APL'S

Delegados das autarquias e órgãos governamentais.

3.4.4. — Das Assembleias Populares Distritais.

Delegados das ADU'S incluem comandante da unidade.

Delegados das autarquias e órgãos governamentais.

Delegados dos organismos sindicais.

3.4.5. — Das Assembleias Populares Regionais.

Delegados da ADR (incluem comandante da RM).

Delegados das APD'S

Delegados das autarquias e órgãos governamentais.

Delegados dos organismos sindicais.

3.4.6. Da Assembleia Popular

Nacional.

A definir.

3.5. — FUNCIONAMENTO

3.5.1. — As decisões em todas estas organizações são tomadas por votação de braço no ar.

3.5.2. — Os representantes das autarquias locais, órgãos governamentais, (gabinetes regionais de planeamento, IRA etc.) e delegados dos organismos sindicais têm igual direito à apresentação de propostas, votação e expressão.

3.5.3. — As decisões tomadas em assembleias vinculam todas as estruturas ao seu cumprimento.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. — As presentes normas não têm carácter rígido e a sua aplicação atenderá às características específicas locais e aos condicionamentos determinados pela dinâmica do processo.

4.2. — O presente projecto deve ser considerado como um documento-guia da acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às Assembleias Populares locais.

Esta fase necessita ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior».

É nossa intenção com as transcrições deste documento-guia e do plano de acção política publicada no último número dar a conhecer na íntegra à elevada maioria de deficientes, residentes na província, os documentos que, actualmente, regem a vida política do nosso país.

Porém isto não significa que concordemos na totalidade com o conteúdo dos referidos documentos.

ENCONTRO...

(Continuação da pág. 6)

mundiais e em «nossa casa» com a guerra colonial.

É preciso que o povo tenha sempre presente a ambição daqueles que, de qualquer forma ocupam o governo.

Eles, governantes, fazem as guerras e, somos nós os filhos do povo que sempre sofremos na carne a brutalidade e desumanismo das mesmas.

Eles, profissionais da guerra e da mentira, mandam-nos para o «barulho». Depois os generais recebem as medalhas pela «sua» bravura, pelo «seu» heroísmo, pelas «suas» vitórias. Mas, todos sabemos, e quem não o sabe é urgente que o saiba, que somos nós que vertemos o nosso sangue, somos nós que ficamos deficientes, pois eles, os generais, estão nos abri-

gos.

Quando Salazar e os seus ministros diziam que «tinhamos o sagrado dever de defender as terras dos nossos avós», aquele «tinhamos» era connosco. Pois os filhos, os afilhados dessa súpica não iam lá e quando tal acontecia estavam colocados em sítios que nenhum mal lhes acontecia. E eramos nós, os filhos do povo, desse mesmo povo que ele se dizia protector, e a quem sempre tudo negou desde a instrução a todos os outros princípios elementares da nossa sobrevivência que sofríamos, a sede, a fome, o calor, o medo. Teremos que cerrar fileiras e dizer : NÃO !

Não, a toda a exploração, não a todo o egoísmo, não a tudo o que aproveite uma minoria em prejuízo duma maioria. Teremos que dei-

(Continua na pág. 2)

DOCUMENTO - GUIA DA ALIANÇA POVO - MFA

«A aliança Povo-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos políticos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão Povo-MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança Povo-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnicos, humano e material que se mobilizará decisivamente o povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa «sine qua non» de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.

Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária.

Torna-se necessário aproveitar concretamente esta realidade fundamental, aliança Povo-MFA, estimulando-a e apoiando-a para a defesa e dinamização da Revolução em curso.

Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas :

a) Fomentar a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa

perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular.

b) Defender a Revolução dos ataques das forças reaccionárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa.

c) Vencer a batalha da economia. Enquanto a produção não for suficientemente para as necessidades globais do país será necessário um grande esforço das massas trabalhadoras. É fundamental portanto vencer-se a batalha da economia superando o fraco desenvolvimento das forças produtivas, ampliando e desenvolvendo o controlo operário ; alargando-se o campo do sector estatal e procurando-se a acumulação necessária à nossa independência económica.

Para assegurar o cumprimento dos pontos anteriormente indicados, terá de se cuidar :

1. NO CAMPO INTERNO :

a) De criar e desenvolver um amplo sector estatal, que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista, que paralisa o desenvolvimento da produção :

b) De substituir uma estrutura agrária de profundas raízes feudais por uma outra que possibilite a expansão do progresso, objectivo claramente definido na Reforma Agrária, cuja aplicação deverá ser escrupulosamente controlada pelas massas trabalhadoras rurais organizadas ;

c) Saneamento do aparelho de Estado, bem como sua descentralização com vista à construção de um novo aparelho do Estado de base popular de modo a que, através de uma coordenação eficaz, se dinamizem as potencialidades das iniciativas dos órgãos populares locais, associadas a uma ampla autonomia de decisão e de capaci-

dade de resposta, no domínio do poder financeiro, o que porá o produto do trabalho nacional ao efectivo serviço das massas trabalhadoras.

d) De incentivar e apoiar as formas de «contrôle» dos meios de produção pelos trabalhadores ;

e) Definir uma política económica global onde se insiram os sectores prioritários de desenvolvimento ;

f) Definir uma política económica em cada um desses sectores.

2. NO CAMPO EXTERNO :

a) Garantir até às últimas consequências, o cumprimento do processo de descolonização em África porque, numa perspectiva histórica, lúcida e desapaixonada, o futuro independente de Portugal terá que apresentar numa base de fraternas relações com as nossas ex-colónias, no domínio das relações políticas, sociais e económicas.

b) Evitar qualquer tipo de hegemonia ideológica, política ou económica, sobre o processo revolucionário português ; garantir a manutenção de relações cordiais com todos os povos do Globo ; e consolidar um poder económico que garanta a independência nacional.

Não se pretende, nem ignorar os partidos devotados à construção do socialismo, nem militarizar o povo.

Pretende-se criar uma organização de massas que no momento actual, dentro de uma perspectiva correcta de luta de classes, congregue unitariamente os trabalhadores e chame a si as tarefas concretas de Defesa da Revolução, atrás descritas.

Esclarece-se que a Revolução se defende com a consolidação das conquistas alcançadas, através de organização, vigilância, trabalho, disciplina e autoridade e com o avanço efectivo para a implantação do poder das massas trabalhado-

ras.

Esta organização de massas promovendo, pela sua formação e prática, a unidade das massas trabalhadoras, criará condições para que os partidos políticos interessados na construção do socialismo encontrem formas de cooperação e entendimento que levem à unificação dos seus esforços para a correcta consolidação da vanguarda política do processo revolucionário.

Estes objectivos passam pelo cumprimento do Programa de Acção Política apresentado pelo Conselho da Revolução, por uma prática unitária do Governo Provisório, por uma política de informação ao serviço do processo revolucionário e por uma prática do MFA de exemplar unidade, austeridade, autoridade e disciplina. Este último ponto entende a prática revolucionária da crítica e autocrítica no seio do MFA.

Em face do que fica exposto sugere-se a seguinte estrutura de Aliança Povo-MFA :

2.1 — EXPLICAÇÃO ORGÂNICA

2.1.1 — A estrutura da Aliança Povo-MFA terá três linhas fundamentais : a do MFA, a Popular e a Governamental.

Dentro desta fase de transição o aparelho do Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído, descentralizando os seus poderes (administrativo e financeiro), permitindo a iniciativa local sob o «contrôle», fiscalização e progressiva tomada do Poder pelos organismos populares.

2.1.2 — As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir.

2.1.3 — Destas Assembleias Populares Locais se formam as Assembleias Municipais e assim sucessivamente até à Assembleia Po-

(Continua na pág. 5)

ENCONTRO...

INTRODUÇÃO

AMIGOS :

Com início neste número, marcaremos quinzenalmente encontro nas colunas do nosso «ELO».

Iremos marcar um encontro efectivo, com a participação de todos.

Certamente que entre os leitores se formarão três grupos :

— Os que concordam absolutamente ;

— Os que discordam intransigentemente ;

— E os que «sim» e «não».

Pois bem camaradas, é aqui que todos vocês entram. Rebatendo e / ou aplicando e melhorando a «ideia», para que esta se torne mais clara e mais precisa.

Vocês sabem ; dum lado eu, o papel, a esferográfica, a ideia. Do outro lado, vocês. Espectadores mudos. Isso não interessa. Basta já de monólogos. Basta já haver uns que se exprimam e outros que oiçam. Façamos os horizontes do

cada vez maior e mais forte entre todos nós.

Após esta breve introdução passemos à «ideia» :

PARA QUE O MUNDO NÃO ESQUEÇA

Sob o título em epígrafe, faremos muito sumariamente, até porque nem sou historiador, uma passagem pela história, com incidência especial pelas atrocidades, que desde tempos imemoriais, tem sujeito a Humanidade.

Átila e Gengis Khan, num passado mais remoto, impuseram-se pela força brutal, a outras gentes, destruindo tudo por onde passavam.

A parte animal do homem sempre o dominou. A ambição, o egoísmo, o despotismo, sempre foram características do homem. Foi assim que mais tarde o terror se espalhou novamente com a expansão de Roma, com o colonialismo europeu, com as duas guerras



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES

DAS

FORÇAS ARMADAS

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

SEMESTRAL 30\$00

ANUAL 60\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.